

CIDADANIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL¹

Wilson Junior Weschenfelder²

Resumo

O objetivo deste artigo é abordar a relação de cidadania e educação ambiental. Para isso destaca-se algumas características básicas da cidadania e sua construção histórica inserindo nesta análise a educação ambiental como uma base fundamental para sua eficácia. O processo histórico de construção da cidadania demonstra uma proposta de cidadania na Antigüidade, na Idade Média, na Idade Moderna e na atualidade. Na Idade Moderna relacionamos a cidadania ao nascimento do capitalismo e na atualidade contrapomos cidadania com a capacidade de fazer parte da sociedade. Por final define-se brevemente e discute-se a necessidade da Educação Ambiental para intervir nas questões ambientais e relacionadas com o desenvolvimento sustentável que, em conseqüência, estão relacionadas com a cidadania.

Breve construção histórica da cidadania

Na Antigüidade, a condição de cidadão somente era dada àqueles que participavam da polis, pois cada categoria (nobres, artesãos e escravos) era destinada a um tipo de educação e a um tipo de trabalho.

“Na Grécia de Platão e Aristóteles, eram considerados cidadãos todos aqueles que estivessem em condições de opinar sobre os rumos da sociedade. Entre tais condições, estava a de que fosse um homem totalmente livre, isto é, não tivesse a necessidade de trabalhar para sobreviver, uma vez que o envolvimento nos negócios públicos exigia dedicação integral. Portanto, era pequeno o número de cidadãos, que excluía além dos homens ocupados

¹ Artigo apresentado à disciplina de Educação, Trabalho e Cidadania ministrada pelo professor Drº Moacir Fernando Viegas do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado.

² Aluno do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado; autor deste artigo.

(comerciantes, artesãos), as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Praticamente apenas os proprietários de terras eram livres para ter o direito de decidir sobre o governo. A cidadania grega era compreendida apenas por direitos políticos, identificados com a participação nas decisões sobre a coletividade” (SANTANA, 2007).

Na Atenas democrática, Wood (2003, pg. 184) cita que “cidadania significava que os pequenos produtores, em particular os camponeses, eram em grande parte livres da exploração extra-econômica”.

Santana (2007) trata que em Roma a idéia de cidadania como a capacidade para exercer direitos políticos e civis e a distinção entre os que possuíam essa qualidade e os que não a possuíam. A cidadania romana era atribuída somente aos homens livres, mas nem todos os homens livres eram considerados cidadãos.

Segundo Wood (2003, p. 179), nos primórdios da Inglaterra moderna, o republicanismo clássico teve como princípio organizador um conceito de cidadania que implicava não apenas o gozo passivo dos direitos individuais, mas uma comunidade de cidadãos ativamente engajados na busca do bem comum.

A autora também destaca que a cidadania foi desvalorizada porque a nova relação entre o econômico e o político na época reduziu a importância da cidadania e transferiu alguns poderes para o domínio econômico e disserta que “a desvalorização da cidadania decorrente das relações sociais capitalistas é um atributo essencial da democracia moderna” (WOOD, 2003, pg. 183).

Na atualidade o discurso de cidadania é a todo momento debatido, segundo Weber (1998, p. 139), “aparece no discurso de homens públicos, nas páginas de jornais e revistas, em programas de rádio e televisão e anima campanhas e mobilizações dos mais variados feitios”.

Com o desenvolvimento do capitalismo percebe-se que a modernidade deu um novo sentido para a cidadania. Ser cidadão, diferente da concepção grega de cidadania que destacava a participação na administração da polis, diz respeito a aquisição de bens que suprem as necessidades e de ter direitos e obrigações para com a sociedade.

Também com o argumento federalista, com base no bem público distante do cidadão, Wood (2003) destaca que a concepção americana de cidadania talvez seja

mais inclusiva e universalista que a ateniense, mas também por certas particularidades como o parentesco ou etnia, ela lembra mais uma cidadania romana, podendo ser mais abstrata e mais passiva.

Ferreira; Miranda; Alexandre (2002) citam alguns aspectos que permitem uma tentativa de sistematização conceitual em torno de como definir a cidadania, sendo:

- a) A participação ativa e o envolvimento na vida de uma dada comunidade, sustenta e contribui para a produção de conhecimento, para a responsabilização, a partilha de culturas e o desenvolvimento da identidade dos sujeitos;
- b) O direito de participar – na vida política, econômica e social – não significa só por si que os indivíduos se impliquem no seu exercício efetivo, nem que estejam equipados para o fazer em situações de igualdade;
- c) A cidadania ativa decorre do sentimento de pertença dos indivíduos e dos grupos à sociedade em que se inserem e, por isso, depende também da promoção de condições de inclusão e coesão social, bem como do desenvolvimento de atitudes e valores.

Weber (1998) descreve algumas situações sobre os problemas da cidadania como a formação de cidadão na semiformação. Trata que as lutas da sociedade por melhores salários, empregos, terra, condições de moradia, etc. estariam imprimindo um movimento de auto-reflexão sobre os ideais de cidadania, conforme Adorno, citado por Weber (1998, p. 155), “bastaria ao espírito um pequeno esforço para se livrar do manto desta aparência onipotente, quase se sacrifício algum. Mas deste esforço parece ser o mais custoso de todos”.

O processo de ensino-aprendizagem

Os primeiros sistemas escolares surgem na história do Ocidente e têm fins políticos, religiosos e militares e, posteriormente, desencadeado sua expansão pela formação dos estados nacionais modernos (ENGUITA, 1989).

A escola, como instituição social, tem um papel fundamental na formação de uma sociedade justa. Assim, com o ensino sistematizado, a aprendizagem corresponde ao crescimento e a participação social do indivíduo.

Este processo de ensino-aprendizagem é muito mais do que a transferência de conteúdos pelo professor, compreende também a soma de atitudes que transformem a aula em uma construção de saberes que possam ser absorvidos pelo aluno e, posteriormente, colocados em prática.

A expressão ensino-aprendizagem demonstra que ensinar é importante para que alguém possa aprender, e não tem como aprender, se de alguma forma, não se tiver acesso ao ensino. Também se refere a envolver o aluno num processo de aprendizado, desenvolvendo suas capacidades, relações e utilizando-os para construção de atitudes e valores.

Na década de 60, segundo Ramos-de-Oliveira (1998, p. 18) “a nova educação, aquela que pretendia abrir espaços a uma leitura do mundo, tinha caráter geral, extra-classe e extra-escola. Tinha caráter político, como toda a educação que se preza.”

Nesse momento a escola perde sua função de propiciar a construção do conhecimento científico, tornando-se apenas mais um instrumento utilizado pela classe dominante para alienação e exploração. Conforme destaca Severino (2000), “espera-se, pois, da educação, como mediação dessas práticas, que se torne, para enfrentar o grande desafio do 3º milênio, investimento sistemático nas forças construtivas dessas práticas, de modo a contribuir mais eficazmente na construção da cidadania, tornando-se fundamentalmente educação do homem social”.

Franco (1998) trata que o ensino é fundamental para um futuro próximo. Destaca a questão embasada na incerteza, onde a incapacidade de saber o que buscamos e o que devemos para nos prepararmos para um futuro incerto. Cita que:

“Vivemos em um tempo onde o abandono da certeza não é apenas a abertura necessária ao avanço do conhecimento e ao progresso humano, matriz de pensamento que marca a modernidade. Oscilamos em um mundo onde cresce o conhecimento e a capacidade de produzir riquezas, mas onde aumenta a incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano. Além dos grandes problemas ecológicos, milhões de habitantes de todas as regiões do planeta enfrentam ou sucumbem diante da incerteza do acesso aos meios básicos de vida: a alimentação, a habitação, o trabalho, a saúde, a proteção, a educação.”
(FRANCO, 1998, p. 100)

Nas últimas décadas os programas de educação em massa implantados no Brasil não possuem o objetivo de educar para a cidadania, mas para preparar “recursos humanos” flexíveis, que estejam a disposição do mercado consumidor de mão-de-obra (PLEIN, 2006)

As questões que o ambientalismo suscita estão hoje muito associadas às necessidades de constituição de uma cidadania para os desiguais, à ênfase dos direitos sociais, ao impacto da degradação das condições de vida decorrentes da degradação socioambiental, notadamente nos grandes centros urbanos, e à necessidade de ampliar a assimilação, pela sociedade, do reforço a práticas centradas na sustentabilidade por meio da educação ambiental (JACOBI, 2003).

A Educação Ambiental como função social

A educação formal institucionalizou-se através de escolas. Ao ser introduzida nesse contexto, a educação ambiental passou a figurar em muitos tópicos de programas e em muitas disciplinas, mas firmou suas bases especialmente nas ciências. Havia uma esperança não expressa de que todas as ciências, quando se interligassem, iriam compor um quadro completo de como o planeta funciona e de como os seres humanos podem interagir com ele de maneira proveitosa (SÃO PAULO, 1999).

A Educação Ambiental, a poucas décadas discutida no Brasil, vem assumindo novas dimensões a cada ano, principalmente pela urgência de reversão do quadro de deterioração ambiental em que vivemos, efetivando práticas de desenvolvimento sustentado e melhor qualidade de vida para todos e aperfeiçoando sistemas de códigos que orientam a nossa relação com o meio natural (DE OLIVEIRA TAVARES; MARTINS; AVELAR, 2003).

A Educação Ambiental também pode ser compreendida como um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão das relações e inter-relações do meio ambiente, prevendo desenvolver atitudes e valores que permitam adotar uma posição na comunidade local, que, como consequência, direciona ações para a resolução de problemas ambientais. Nela vê-se uma aquisição de conhecimentos que

não são totalmente adquiridos na escola. Visa formar indivíduos críticos, que entendam a cultura e o mundo onde vivem, tendo um padrão ético e questionador.

Este tipo de educação também é associada a chamada educação para cidadania, onde demonstra que as questões ambientais são componentes da cultura cívica dos direitos e deveres dos cidadãos.

Em 1975, no Seminário de Belgrado, evento preparatório da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental - Tbilisi, 1977, foi produzida a “Carta de Belgrado” que descreveu a educação ambiental como a busca para desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente e que tenha conhecimento, atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individualmente e coletivamente visando resolver problemas atuais e prevenir futuros (BRASIL, 1998).

Na Carta de Belgrado, escrita em 1975 por vinte especialistas em educação ambiental de todo o mundo, é declarado que a meta da educação ambiental é:

“Desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente e que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individual e coletivamente em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros”.

Assim, questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais, com a melhoria da qualidade de vida e eliminação da pobreza, quando tratados como um processo para a construção do conhecimento e para a busca das soluções, poderão viabilizar uma melhor interpretação da interdependência entre os diversos elementos da natureza, capacitando para o pleno exercício da cidadania, onde, com uma base conceitual abrangente, prática e tecnicamente capaz, permitirá a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio ambiente (WESCHENFELDER 2005).

Na Figura 1, Ferreira; Miranda; Alexandre (2002) destacam uma proposta de enquadramento conceitual para o desenvolvimento da educação para a cidadania, onde tem base e relação na Educação Ambiental e na Educação Intercultural.

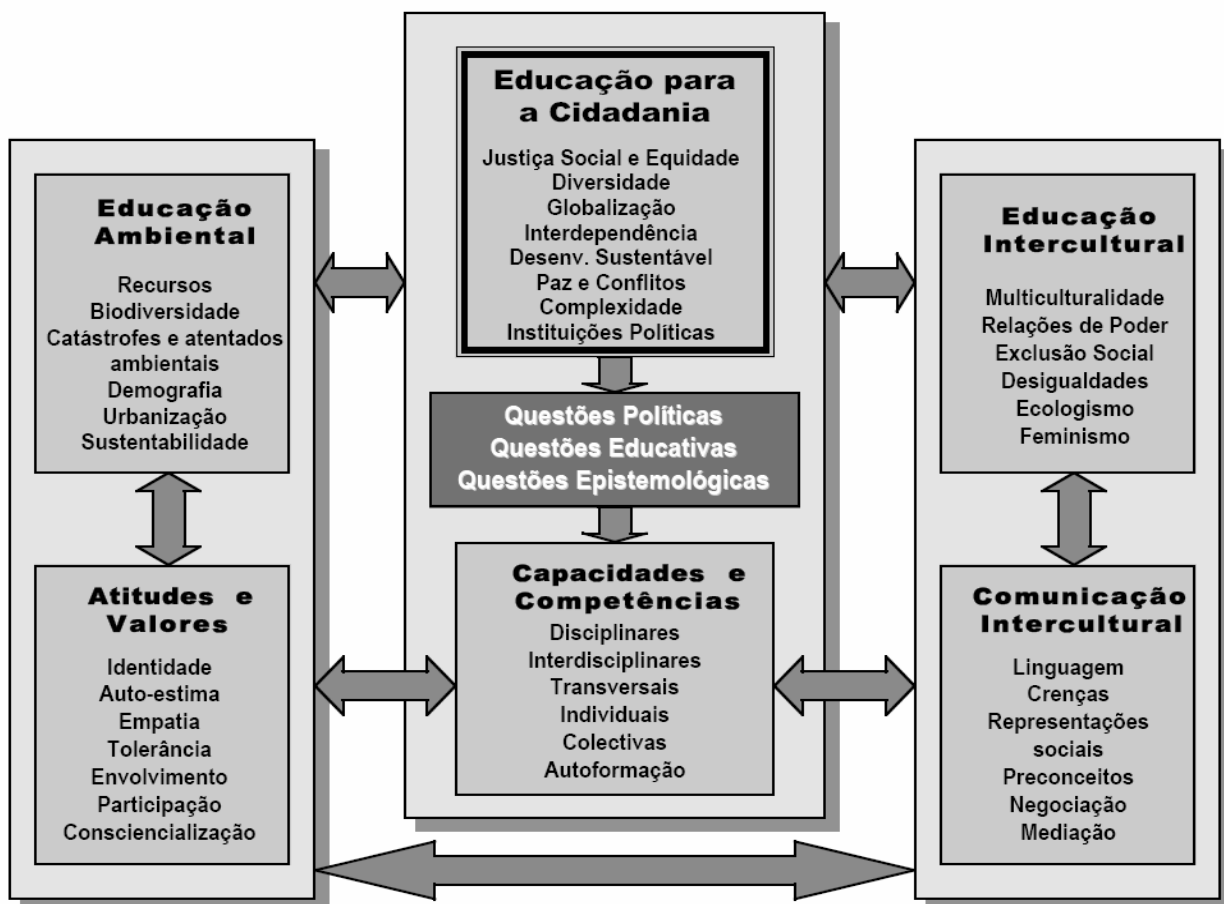


Figura 1: Uma proposta de enquadramento conceitual para o desenvolvimento da educação para a cidadania (FERREIRA; MIRANDA; ALEXANDRE, 2002)

A educação ambiental, como componente de uma cidadania abrangente, está ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade (JACOBI, 2003).

Não temos nenhuma dúvida da relação incontestável entre educação ambiental, sustentabilidade ambiental e cidadania, na medida que entendemos estas como dimensões que se complementam numa rede dinâmica que conduz à conscientização,

ao compromisso, à saúde e qualidade de vida, à justiça social e portanto à conquista da paz entre os povos (VARGAS, 2005).

“Apenas recentemente a cidadania ambiental ingressou no temário de interesse de grupos, povos e classes sociais. Sua elevação junto ao cenário social é tão recente quanto a própria questão ambiental, que passou a reclamar a atenção da sociedade global apenas nas últimas décadas do século XX, arrastando neste movimento uma série de questões com ela relacionada. Os movimentos sociais surgem como portadores dos elementos constitutivos para a introdução da consciência dos direitos do cidadão e da cidadania” (COIMBRA e FERNANDES, 2005).

Para tanto, torna-se fundamental a conscientização ambiental das sociedades de modo geral, sendo que a Educação Ambiental é uma das estratégias para desenvolver a cidadania em prol do meio ambiente (COLLERE, 2005).

Considerações finais

Vivemos na era da informação, da acumulação, da flexibilidade, da globalização. Usamos as mais variadas denominações para nos referirmos a sociedade da qual fizemos parte e ajudamos a construir e transformar.

Percebe-se que poucas coisas fazem realmente diferença e, uma delas, são as formas de aprendizado. Diante do progresso, o grande trunfo do cidadão ainda é a educação, nas suas mais diversas formas e esferas. Pois a capacidade de entender e criar, é certamente aquela que pode libertar.

Para falar de como a educação é transformadora e da importância de um compromisso social, a educação ambiental comprometida com a verdadeira cidadania, deve ser consciente de seu papel transformador, ético, libertador e direcionado para a construção do conhecimento.

Entende-se que através da educação ambiental, seja ela de qualquer nível, formal, informal ou extra-classe, a busca uma sociedade mais justa, mais humana e mais consciente do seu papel de cidadão frente aos problemas ambientais.

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. **A implantação da Educação Ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, 166 p. 1998.
- COIMBRA, A. S.; FERNANDES, A. A. Movimentos Sociais e Educação Ambiental. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, Volume 15, julho a dezembro de 2005.
- COLLIERE, Maria Alice de Oliveira. Educação ambiental: a contribuição dos projetos escolares nas discussões ambientais nas escolas públicas municipais de Colombo/PR. **R. RAÍGA**, Curitiba, n. 10, p. 73-82, 2005.
- DE OLIVEIRA TAVARES, M.G.; MARTINS, E.; AVELAR, G.M.(2003). A Educação Ambiental, Estudo e Intervenção do Meio. **OEI-Revista Iberoamericana de Educación** (ISSN: 1681-5653). Disponível EM: <www.rieoei.org/deloslectores/381Oliveira.pdf>. Acessado em 24 Ago. 2007.
- ENQUITA, Mariano Fernández. Do lar à fábrica, passando pela sala de aula: a gênese da escola de massas. In: _____. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: artes Médicas, p. 105-130, 1989.
- FERREIRA, M. M.; MIRANDA, B. M.; ALEXANDRE, F. Educação para a cidadania: tendências actuais. In: **Active Citizenship, Sustainable Development and Cultural Diversity**. 2002
- FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes. p. 100-137, 1998.
- JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, mar. p. 189-205. 2003
- PLEIN, Ivonete Terezinha Tremea. Educação, Trabalho e Cidadania. **Revista Faz Ciência**, p. 291-30, 2006.
- RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. Reflexões sobre a educação danificada. In: ZUIN, Antônio Álvaro Soares (org.). **A Educação danificada – contribuições à teoria crítica da educação**. Petrópolis/São Carlos: UFSCAR, p. 13-43, 1998.

- SANTANA, Marcos Silvio de. **O que é Cidadania.** Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/fadipa/marcossilviodesantana/cidadania.htm>>. Acessado em 28 ago. 2007.
- SÃO PAULO (Estado). **Conceitos para se fazer educação ambiental.** Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. 3ª ed. São Paulo: A Secretaria, 1999.
- SEVERINO, Educação, Trabalho e Cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. **São Paulo em Perspectiva**, p. 65-71, 2000.
- VARGAS, Liliana Angel Educação Ambiental: a base para uma ação político/transformadora na sociedade. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, Volume 15, julho a dezembro de 2005.
- WEBER, Wagner Luís. O mosquito na vidraça: A formação dos cidadão à luz da Teoria crítica da Escola de Frankfurt. In: ZUIN, Antônio Álvaro Soares (org.). **A Educação danificada – contribuições à teoria crítica da educação.** Petrópolis/São Carlos: UFSCAR, p. 139-158, 1998.
- WESCHENFELDER, Wilson Junior. **Atividades de Educação Ambiental como ferramenta para construção do conhecimento.** Santa Cruz do Sul, 2005. 60 f. Monografia – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2005.
- WOOD, Ellen Meiksins. O *demos versus* “nós, o povo”: das antigas às modernas concepções de cidadania. In: _____. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** São Paulo: Boitempo. p. 177-2004, 2003.